



CIDADANIA Ontem, Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, houve protestos. Capital carece de adaptações no transporte e no espaço público

Lei da Acessibilidade é desrespeitada em Salvador

HIEROS VASCONCELOS

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 16% do contingente populacional de Salvador – cerca de 500 mil pessoas – possui algum tipo de deficiência. Apesar do número elevado, não é respeitado na cidade o Decreto 5.296/04, que regulamenta a Lei de Acessibilidade (10.098/00).

No Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, comemorado ontem, movimentos e associações cobraram do poder público maior compromisso com a acessibilidade e respeito a essa parcela da população.

A lei, em tese, obriga os poderes públicos a garantirem acessibilidade, nos espaços, sejam públicos ou privados, às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (idosos,

crianças, gestantes, obesos). Mas em Salvador não é isso que acontece. Calçadas esburacadas e estreitas, ausência de rampas, de avisos auditivos e sinalizadores, além de transporte coletivo ineficiente para pessoas com deficiência, estações e paradas de ônibus sem adaptações são a regra na capital baiana.

Uma cidade, aliás, que tem uma porcentagem (16%) de pessoas com deficiência maior do que a média brasileira, que é de 14,5%. Na Bahia, conforme o IBGE, são mais de dois milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, ou seja, cerca de 15% da população do Estado.

De acordo com a ONG Vida Brasil, a principal dificuldade dessas pessoas está no transporte público: estações, paradas de ônibus e todo o conjunto que viabiliza o deslo-

camento. Atualmente, apenas 33,1% dos ônibus de Salvador são adaptados.

Segundo a Transalvador, dos 2.400 ônibus que circulam pela cidade, apenas 795 são adaptados, ainda que o Decreto 5.296/04 torne obrigatória a adaptação de todo o sistema de transporte público aos critérios de acessibilidade até 2014.

“Quando o transporte não é adaptado, ele inviabiliza o nosso acesso a todos os serviços, como saúde, escola e lazer”, afirma o secretário-geral da ONG Vida Brasil, Wilson Cruz.

Protestos

Por volta de 10 horas de ontem, um grupo da Associação de Amigos de Deficientes de Pernambuco esteve em frente ao Ministério Público da Bahia, em Nazaré, cobrando agilidade no que se refere aos

direitos das pessoas com deficiência. De lá, caminharam até a Biblioteca Central, nos Barris, onde tem lugar, desde o dia 3 deste mês, uma programação voltada para a questão da acessibilidade. Ainda ontem, a Associação de Pessoas com Deficiência de Simões Filho (Abesp) e a Associação Baiana de Deficientes Físicos realizaram eventos para discutir o assunto.

“Em nível de legislação, tivemos bons progressos, mas ainda está muito tímida a efetivação da lei”, diz Wilson Cruz. Ele lembra o atraso na implantação da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), que deveria ter sido criada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente (Sedham) em 2006. Ainda no âmbito mu-

nicipal, não houve aprovação nem implementação do Conselho Municipal dos Direitos de Pessoas com Deficiência (Comdef). “Esse atraso é principalmente por parte do poder público”, acrescenta o secretário-geral da ONG Vida Brasil.

Por meio da assessoria de comunicação, a Sedham informou que “a minuta dos ofícios convidando os membros titulares e suplentes da CPA já está pronta e encaminhada ao secretário. A expectativa é que até a final do ano a CPA seja instalada”.

Mobilidade urbana é outro problema da capital

Salvador, atualmente, conta com cerca de três milhões de habitantes e apenas 2,4 mil ônibus e uma linha de trem como meios de transporte coletivo. Na última segunda-feira, o consultor em urbanismo da Organização das Nações Unidas (ONU) Jaime Lerner, um dos criadores do sistema BRT (bus rapid transit, ou trânsito rápido de ônibus) em Curitiba, esteve em Salvador para palestrar sobre mobilidade urbana. Ele defendeu a criação do BRT na capital baiana, como já foi anunciado pelo prefeito João Henrique, durante a Semana Nacional de Trânsito.

A previsão é que até a Copa de 2014 seja construído um corredor exclusivo para os ônibus ligando o aeroporto à estação do metrô, na Rótula do Abacaxi. Após a construção dessa etapa, virão outros 36 km de corredores. Orçamento: R\$ 570 milhões.

O sistema BRT, no entanto, não é tido como a solução por outros especialistas. Para Carl Von Hauenschild, seria mais vantajoso construir, com esse orçamento, um sistema de VLT (veículo leve sob trilhos), que, futuramente, poderia ser transformado em sistema de transporte de massa, como o metrô. "Para mim, qualquer sistema ligado ao trilho seria muito mais adequado", diz.

"Estamos com um metrô em construção e não temos perspectiva de funcionamento. E de repente se estabelece um sistema intermediário que não dará conta da demanda. O de Curitiba já está com sua capacidade esgotada", opina outro arquiteto urbanista, Armando Branco. Para ele, o projeto visa contemplar, na verdade, os interesses empresariais. "O segmento privado está se sobrepondo ao político. O momento do grande esforço seria batalhar pelo metrô na Paralela".

Entidade organiza protesto em Barreiras

MIRIAM HERMES
Barreiras

Um grupo de pessoas com deficiência realizou, ontem pela manhã, uma manifestação no centro comercial da cidade de Barreiras para conscientizar a comunidade no sentido de respeitar os espaços públicos a que têm direito. A organização foi do Movimento de Inclusão e Qualificação do Especial Independente (Miquei), que há nove anos trabalha em defesa da acessibilidade nos espaços físicos, no acesso à saúde, educação, cultura e lazer.

Cadeirante, Vani dos Santos, 52, afirmou que o deslocamento é difícil pois as calçadas são desniveladas e, em grande parte dos locais, não existem vagas de estacionamento para deficientes. Quando existe, "ainda têm pessoas que ignoram". Vani acrescentou ainda que é frequente encontrar as vagas

ocupadas por motos e carros de pessoas que não têm necessidades especiais.

Flagrado com o carro em vaga para deficientes, o comerciante Flávio de Sá se desculpou, afirmando que "além das placas estarem muito altas e a gente não visualizar direito do volante, na cidade existe uma carência de vagas, o que faz com que se ocupe um lugar que é reservado para outro", disse.